

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.393.242 - SP (2018/0291351-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : FERREIRA & TURA LTDA**  
**AGRAVANTE : NELSON JOSÉ TURA**  
**ADVOGADOS : MAURÍCIO CHIANELLO - SP204978**  
**GUSTAVO CHIANELLO E OUTRO(S) - SP218893**  
**AGRAVADO : PRT CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**  
**AGRAVADO : SANDRO RODRIGO DE SOUZA**  
**ADVOGADO : JOSÉ EDUARDO TORRES MELLO E OUTRO(S) - SP162619**  
**INTERES. : JOSE OLIBONI**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Ementa: Direito de vizinhança. Nunciação de obra nova c.c. pedido indenizatório. Procedência. Sentença atrelada ao conjunto probatório. Não configuração de cerceamento de defesa. Danos materiais a serem apurados em liquidação de sentença. Afastamento do dano moral. Apelação parcialmente provida com determinação.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação aos artigos 186 e 927 do Código Civil.

Sustenta que independentemente de culpa, há obrigação de reparar o dano, quando a atividade desenvolvida pelo recorrido implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Alega que o recorrido agiu com imperícia de modo que os muros divisórios foram descalçados e acabaram por ruir, afetando diretamente as instalações físicas do Recorrente, dentre elas a interdição da quadra poliesportiva.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

De início, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, apurou a ocorrência de responsabilidade do agravado e concluiu pela não caracterização do dano moral indenizável, assim se pronunciando :

[...]

Outrossim, não se reconhece cerceamento de defesa, porque, sendo

o juiz destinatário das provas, cabe a ele determinar as provas que entender pertinentes e afastar as inúteis ou protelatórias, salientando que se a causa estiver madura para julgamento, como ocorreu, a sentença deve ser proferida até em homenagem ao princípio da razoável duração do processo.

Aliás, quanto à prova testemunhal, não teria o requisito de ser concludente.

No mérito, no entanto, a irresignação recursal deve ser parcialmente acolhida.

São incontroversos os danos ocorridos na sede dos autores, até porque isso restou expressamente anotado pelo perito. Constatou-se que a faixa de terreno que permitia a interligação da escola à quadra foi demolida. A quadra foi atingida pela queda do muro perimetral que, apesar de estar construído precariamente, tivessem início. Nas palavras do houve também prejuízos à mostram as fotos já juntadas TRIBUNAL DE JUSTIÇA PODER JUDICIÁRIO São Paulo permanecia hígido até que as escavações expert, "com a ruína desse muro perimetral, própria quadra, onde parte do piso ruiu, como aos autos (fls. 19 superior, 20 inferior, 21 superior, 22 inferior, 170 inferior, 173 a 175 e 176 superior)" (fls. 288).

Portanto, de rigor a condenação dos réus ao ressarcimento dos prejuízos suportados pelos autores enquanto permaneceram no imóvel, não inafirmando essa solução o fato de os autores terem sido réus em ação de despejo por falta de pagamento.

Dessa forma, acertada a conclusão do juízo singular no sentido de que a apuração, das perdas, e, danos deve ser feita em liquidação de sentença, sobretudo porque a obra dos requeridos se deu durante o ano letivo e colocou em risco a integridade das crianças que estavam matriculadas no estabelecimento de ensino dos autores (*vide* a queda do muro provocado). Os alunos também ficaram sem acesso a quadra esportiva e cantina, no meio do ano letivo, queda do faturamento, mudança forçada do ponto, prejuízo financeiro.

Todavia não procede a condenação dos réus ao pagamento de indenização por dano moral porque apesar do imprevisto não teve notícia de que algum aluno se ferira ou prova de que a escola teve seu nome lesado, em razão do infortúnio.

Destarte fica mantida condenação dos réus ao pagamento dos danos materiais, que serão apurados em liquidação de sentença e afastada a condenação por dano moral.

O acolhimento das razões do recurso especial, a fim de demover as

conclusões da Corte de origem e, com isso, caracterizar a ocorrência do dano moral indenizável, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

